COMPRAR OU ALUGAR?

QUAL A PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA?

Renato de Freitas Rosa

Rafael Martins Noriller



Dourados, MS - 2023



INTRODUÇÃO

A Administração Pública tem como objetivo promover o bem de todos, garantindo o desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais (art. 3°, CF/88). Para isso, precisa estruturar e manter seus órgãos que prestam serviços à população, o que acarreta num elevado gasto de dinheiro.

Para alcançar a eficiência, eficácia e efetividade dos serviços prestados, é necessário adotar ferramentas de gestão e controle organizacional capazes de otimizar a alocação dos recursos públicos gastos (TER BOGT, 2008 apud MESSIAS et al., 2018).

Neste sentido, os sistemas de gestão de custos são fundamentais para os gestores públicos, eles têm reflexo em todo o ciclo administrativo, apoiam a tomada de decisão e possibilitam a avaliação de programas e projetos que já foram concluídos (VERBEETEN, 2011).









PROBLEMA DE PESQUISA

Considerando que a forma de gestão na área pública converge para um modelo com maior proximidade do que é praticado no setor privado. Sabendo que o serviço de transporte é fundamental nas atividades cotidianas de um órgão ou entidade.

Apresenta-se o seguinte questionamento:

Qual a proposta mais vantajosa para solucionar a necessidade de transporte da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, compra ou aluguel de veículos de pequeno porte?











OBJETIVOS

Analisar a viabilidade econômica da locação de veículos necessários para atender a demanda de transporte da UFGD, comparando-a com os custos da aquisição e manutenção de uma frota própria.

E para isso, faz-se necessário passar pelas seguintes etapas:

- Estimar os custos por meio das demandas do uso de veículos oficiais da instituição;
- ldentificar as opções de mercado para locação e aquisição de veículos e os custos envolvidos;
- Verificar a viabilidade econômica dos resultados da locação e aquisição de veículos.









REALIDADE ENCONTRADA

Tabela 1 - Custos fixos por veículo próprio

Período (ano) →	1	2	3	4	5
Valor de referência do veículo	R\$ 94.268,00	R\$ 72.222,00	R\$ 63.674,00	R\$ 59.012,00	R\$ 53.110,00
Valor do Seguro	R\$ 4.713,40	R\$ 3.611,10	R\$ 3.183,70	R\$ 2.950,60	R\$ 2.655,50
Valor do Licenciamento	R\$ 213,81	R\$ 226,19	R\$ 239,29	R\$ 253,14	R\$ 267,80
Valor da Lavagem	R\$ 80,00/mês	R\$ 84,63/mês	R\$ 89,53/mês	R\$ 94,72/mês	R\$ 100,20/mês

Além dos valores de referência do veículo, apresentados em cada período na tabela acima, o resultado da sua depreciação, como valor residual ao final do período estudado, foi de R\$47.799,00. Valor pelo qual poderia ser vendido e utilizado em uma possível renovação da frota.





Ministério da Educação





REALIDADE ENCONTRADA

Tabela 2 - Custos variáveis de acordo com a quilometragem percorrida do veículo próprio

Mês	7	14	20	27	34	40	47	54	60
Km	10.000	20.000	30.000	40.000	50.000	60.000	70.000	80.000	90.000
Valor da Revisão	R\$ 547,94	R\$ 607,39	R\$ 607,39	R\$ 1.136,72	R\$ 746,43	R\$ 789,64	R\$ 789,64	R\$ 2.292,67	R\$ 835,37
Valor da troca de pneus	ē	-	-	R\$ 2.131,09	-	÷	-	R\$ 2.385,01	-

Como já diz o próprio nome, os custos variáveis variam a depender da utilização do veículo. Fazendo-se necessário o conhecimento do gasto no devido mês de ocorrência, para a correta disposição do fluxo de caixa.









REALIDADE ENCONTRADA

Tabela 3 - Custo por veículo alugado

Período/ano	1	2	3	4	5
Valor mensal da locação no período (A)	R\$ 3.232,53	R\$ 3.419,69	R\$ 3.617,69	R\$ 3.827,16	R\$ 4.048,75
Valor total anual da locação (A*12)	R\$ 38.790,36	R\$ 41.036,32	R\$ 43.412,32	R\$ 45.925,90	R\$ 48.585,01

Os custos do veículo alugado para a administração limitam-se a uma mensalidade fixa, conforme contrato assinado. Uma vez que, nesta prática de mercado, todas as despesas de manutenção e documentação do carro são de responsabilidade da empresa terceirizada, a verdadeira proprietária dos bens.









VIABILIDADE ECONÔMICA

Tabela 4 - Análise de investimento entre compra e aluguel do veículo

Técnica TMA 13,08% (Tesouro prefixad		Compra	Aluguel	
FC0		(R\$ 94.268,00)	-	
FC mensal		Manutenções	(R\$ 3.232,53) Correção anual pelo IPCA	
VPL		(R\$94.853,05)	(R\$157.995,09)	
VAUE		R\$2.127,04	R\$3.542,98	
TIR Modifica	da	-	Não apurada pelo fato de contar apenas com FC negativo	
11.500 Simulações de Monte Carlo sobre o VPL	Média	(R\$ 94.175,23)	(R\$158.067,40)	
	Coeficiente de Variação	0,11096129%	2,66069414%	
	VPV<(94.000)	95,66087%	-	
	VPL<(170.000)	72	0,27826%	

Nesta condição, o VPL obtido na apuração por planilha eletrônica ficou evidente que na compra do veículo poderia reportar em redução de custos por parte da UFGD. Representando cerca de 60% do valor gasto com a locação de cada carro. Considerando o período de estudo, o qual ainda coincide com a pandemia da Covid-19, que afetou diversos países pelo mundo.









CONSIDERAÇÕES FINAIS

Utilizando-se de métodos científicos, foi possível observar no estudo realizado que, nas condições do período analisado (ano 2023), seria mais vantajoso economicamente para a Administração Pública efetuar a compra dos veículos necessários para suprir a demanda da instituição.

Como limitação da pesquisa, ressalta-se para a comparação de vantagens apenas financeiras entre as opções de compra ou aluguel dos veículos. Uma vez que, devido às condições de uso do bem no serviço público, o carro pode sofrer um desgaste maior e em menos tempo que o comum, quando utilizado por particulares. Acarretando assim uma necessidade de constante renovação da frota, para melhor conforto e segurança de seus passageiros. Variáveis não consideras neste trabalho.









REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Diretrizes para a Reforma Administrativa. Brasília, DF: Palácio do Planalto, 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm. Acesso em 08 de dezembro de 2021

BRASIL. Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. Brasília, DF: Palácio do Planalto, 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 20 de maio de 2022.

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Lei de Licitações e Contratos. Brasília, DF: Palácio do Planalto, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm. Acesso em: 11 de dezembro de 2021.

BRIGHAM, E. F.; EHRHARDT, M. C. Administração Financeira: Teoria e prática - Tradução da 14ª edição norte-americana. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2016. 9788522124008. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522124008/. Acesso em: 17 jun. 2022.

MACEDO, B. E. X. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019. Fontes de informação para a tomada de decisão: análise na administração pública. Orientadora: Andréa Vasconcelos de Carvalho. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/39893 Acesso em: 13 de novembro de 2022

MESSIAS, D.; FERREIRA, J. C.; SOUTES, D. O. Gestão de custos no setor público: um panorama de experiências internacionais. **Revista do Serviço Público**. 69 (3). p. 585-604. Brasília, 2018.

VERBEETEN, F. H. M. Public sector cost management practices in the Netherlands. International Journal of Public Sector Management, v. 24, n. 6, p. 492-506, 2011.









RELATÓRIO TÉCNICO

Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional - PROFIAP

Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD

Data de Realização

Março de 2023

Responsáveis

Egresso: Renato de Freitas Rosa Contato: renatorosa@ufgd.edu.br

Orientador: Rafael Martins Noriller Contato: rafaelnoriller@ufgd.edu.br





Ministério da Educação

